

ALGORITMOS QUE PENSAM, HOMENS QUE DUVIDAM: ESTAMOS A ENSINAR AS MÁQUINAS A PENSAR OU A ESQUECER-NOS DE COMO QUESTIONAR?

*ALGORITHMS THAT THINK, HUMANS WHO DOUBT: ARE WE
TEACHING MACHINES TO THINK, OR FORGETTING HOW TO
QUESTION?*

Ana Teresa Gonçalves

Pinheiro 

Faculdade de Artes e Letras da
Universidade da Beira Interior,
Portugal

ana.tg.pinheiro@ubi.pt

Recebido: 29 Jun 2026

Aceito: 25 Ago 2026

Publicado: 05 Set 2026

Autor para correspondência:

ana.tg.pinheiro@ubi.pt



donar as práticas do duvidar. A contribuição consiste no deslocamento da questão fundamental, ou seja, não questionar o que a Inteligência Artificial será, mas em que nos tornamos ao aceitar sem questionamento.

Palavras-chave: Dúvida metódica. *Cogito*. Inteligência Artificial. Pensamento crítico. Antropomorfismo.

Resumo: O presente trabalho reflete sobre a tensão entre a concepção cartesiana de pensamento como dúvida e a atribuição de “pensamento” à Inteligência Artificial, a partir da dúvida metódica e do *cogito* de Descartes, lidos com Gilson e com comentadores como Nascimento e Braga e Chaves, incluindo o critério cartesiano da linguagem como sinal distintivo do pensar face ao autômato. O percurso argumentativo deste trabalho articula a centralidade do questionamento em Descartes com a mecanização cognitiva contemporânea. Conclui-se que os algoritmos não pensam, mas que o risco real é o humano passar a pensar como a máquina, ao abandonar as práticas do duvidar.

Abstract: This paper reflects on the tension between the Cartesian conception of thought as doubt and the attribution of “thought” to Artificial Intelligence, drawing on Descartes’s methodical doubt and *cogito*, read through Gilson and commentators such as Nascimento and Braga e Chaves, including the Cartesian criterion of language as a distinctive mark of thought as opposed to that of an automaton. The argumentative framework of this paper links the centrality of questioning in Descartes to contemporary cognitive mechanization. It concludes that algorithms do not think, but that the real risk is that humans will begin to think like machines by abandoning the practices of doubt. The contribution lies in shifting the fundamental question—that is, not asking what Artificial Intelligence will be, but rather what we become when we accept it without question.

Keywords: Methodical doubt. *Cogito*. Artificial Intelligence. Critical thinking. Anthropomorphism.

1. Introdução

Na Introdução do Discurso do Método, de Descartes, escrita por Étienne Gilson, o autor, numa passagem transfiguradora que se tornou um ponto de repouso da minha alma, diz-nos que a filosofia é, por definição, o amor e a prossecução da sabedoria, a coisa do mundo mais desejável e aquela, apesar de tudo, em que os homens menos pensam. Enquanto alguns contentam-se em acumular uma erudição que carrega a memória sem enriquecer o espírito, ou imaginam que lhes bastará estudar o mais minuciosamente possível as propriedades das coisas para fazerem do seu pensamento o mais perfeito uso; o filósofo interessa-se muito mais pelo enriquecimento do espírito, ao esforçar-se por adquirir uma inteligência sempre capaz de discernir o verdadeiro na ordem teórica e uma vontade sempre capaz de seguir o bem na ordem prática (GILSON, 2018, p. XV).

Tendo por base a obra acima mencionada, pretende-se discorrer sobre a conceção cartesiana de pensamento. O racionalismo cartesiano é um pensamento estabelecido por Descartes onde ele expressa a sua preocupação com o problema do conhecimento. O seu ponto de partida é a busca por uma verdade primeira que não possa ser posta em dúvida, e, por isso, ele converte a sua dúvida em método para bem conduzir a Razão e procurar a verdade nas Ciências.

Nesta obra, Descartes destaca que o conhecimento sólido deve começar pela suspensão de todas as certezas não fundadas, sendo a dúvida condição do verdadeiro

pensamento. A verdade, segundo o filósofo, portanto, deve ser procurada mediante a investigação criteriosa e não pela aceitação passiva da tradição. Pensar requer consciência da própria atividade, onde o sujeito deve exercer o juízo e não apenas processar informação. No entanto, e aqui surge a problemática fulcral deste ensaio, quando a cultura atual aceita respostas algorítmicas como “pensamento”, ela desloca-se para uma concepção que contradiz aquilo que é o núcleo cartesiano: a ideia de que pensar é questionar. Descartes afirmava que tudo era duvidoso e que nada poderia ser considerado a priori como certo, a não ser uma coisa: “se duvido, penso; se penso, existo”, o tão conhecido “Cogito, ergo sum” ou “Penso, logo existo” (DESCARTES, 2018, p. 49), ponto de partida da Dúvida Metódica, a partir de onde se constrói todo o pensamento.

Com a expansão da Inteligência Artificial (IA) e à medida que ela assume um lugar cada vez mais central no nosso cotidiano, o vocabulário e a linguagem que utilizamos naturaliza expressões como aprendizagem, decisão, criatividade ou até pensamento, termos que passam a integrar descrições de sistemas algorítmicos, de IA. No entanto, esta naturalização linguística não é neutra, pelo contrário, ela reconfigura, subtilmente, note-se, o próprio significado de “pensar”, pois ao atribuímos características humanas a agentes de IA, corremos o risco de esvaziar o valor dessas mesmas qualidades nos próprios humanos. Dora Kaufman, numa entrevista ao IT Forum, destacou que o uso de termos antropomórficos confunde os utilizadores e transmite percepções equivocadas (SOUSA, 2024). Portanto, é intuito deste ensaio refletir sobre a importância da escolha das palavras, preocupação que, de resto, não é recente: já em Descartes a linguagem surge como critério do pensar. Ora, antes de avaliarmos se uma IA pode ou não pensar, é fundamental concetualizar o próprio ato de pensar, ao refletir sobre a tensão que existe entre a capacidade da Inteligência Artificial de processar informações e de “pensar” de forma instrumental, e a nossa capacidade humana de pensamento crítico, reflexivo e criativo.

Em suma, o presente artigo desenrola-se em três momentos. O primeiro expõe a concepção cartesiana de pensamento, a saber, a dúvida metódica, o método, o cogito, e a distinção homem/autómato pela linguagem. Em seguida, analisa-se a atribuição de “pensamento” à Inteligência Artificial, à luz de Nascimento e de Braga e Chaves. E, por fim, cruzam-se os dois momentos anteriores para perguntar se estamos a ensinar as máquinas a pensar ou a esquecer-nos de como questionar.

2. Descartes e a centralidade do questionamento

O esforço por estender a todo o corpo dos conhecimentos humanos o método, que em si não é senão o uso normal da razão, caracteriza o que deve ser a filosofia cartesiana (GILSON, 2018, p. XV). Descartes defendia o “uso público” da razão. Queria que a razão, este privilégio único dos seres humanos, fosse exatamente isso, um privilégio de todos os homens dotados de senso comum. De acordo com o filósofo, a razão deveria permear todos os domínios da vida humana e a apreciação racional deveria ser um parâmetro para todas as coisas, uma atividade libertadora, voltada contra qualquer dogmatismo. Daí que o carácter mais patente da reforma cartesiana é precisamente substituir uma confiança excessiva dos dons do espírito pela arte de guiar a razão de evidência em evidência. O espírito distingue-se da razão por a abranger, pois não se reduz à faculdade de discernir o verdadeiro do falso, ao integrar também a memória, a imaginação e as demais faculdades do pensamento (DESCARTES, 2018, p. 6). Mas não é suficiente ter o espírito bom, é necessário aplicá-lo bem, pois embora todos os homens sejam igualmente racionais e, por consequência, igualmente capazes de distinguir o verdadeiro do falso quando lhes é demonstrado, nem todos são capazes do esforço de invenção que consiste em descobrir o verdadeiro entre a grande quantidade de erros com que o seu espírito está atravancado. Por isso, Descartes ambicionava estabelecer um método, uma ordem que o pensamento devesse seguir para chegar à sabedoria e em conformidade com a qual ele pensasse, de forma a corresponder a um perfeito uso do espírito (GILSON, 2018, p. XV).

É na primeira parte do Discurso do Método que Descartes nos conta, em primeira pessoa, os fatos e reflexões que o fizeram procurar um princípio seguro para edificar as ciências. Fala-nos do seu desejo extremo de aprender a distinguir o verdadeiro do falso, de forma a conseguir ver com clareza nas suas ações e caminhar com segurança na sua vida, ou seja, uma base sólida que servisse de alicerce para o conhecimento. Reconheceu, portanto, que enquanto se atinha à observação empírica dos costumes e hábitos, sem lhe acrescentar a sua reflexão pessoal e sistemática, livrava-se de muitos preconceitos, mas não adquiria nenhuma certeza. O maior proveito que tirou disso foi aprender a não acreditar tão firmemente no que lhe tinha sido inculcado só pelo exemplo e pelo costume. Por isso, reconheceu a necessidade de estudar nele próprio e de empregar as forças do seu espírito a escolher os caminhos que devia seguir (DESCARTES, 2018, p. 17). Para Descartes, a razão é igual em todos os homens e a diversidade das opiniões é consequência da boa ou má condução da razão (DESCARTES, 2018, p. 5). Daí a importância de encontrar um método

que seja capaz de elevar o seu espírito ao mais alto ponto que a duração da vida lhe permitirá atingir, com o intuito de atingir um conhecimento claro e seguro de tudo o que é útil à conduta da vida. Por isso, o filósofo resolve finalmente procurar a verdade unicamente em si mesmo e no seu próprio pensamento (GILSON, 2018, p. XXXVII).

Posteriormente Descartes concluiu que o seu primeiro dever deve ser renunciar completamente todas as opiniões que receberam a sua boa-fé e que até então lhe tinham ensinado e cujas proveniências eram muito díspares, a fim de as substituir depois por outras melhores ou pelas mesmas, quando as tivesse ajustado ao nível da razão. Da mesma forma, aqueles que nunca filosofaram bem, com o espírito cheio de opiniões que acumularam desde a infância, e por temerem, com razão, que algumas sejam falsas, esforçar-se-ão por separá-las das outras para evitar que ao juntar-se-lhes, se tornem todas incertas. Posto isto, Descartes considera que se deve rejeitar todas as opiniões de uma só vez como incertas ou falsas e, depois, examiná-las por ordem, uma a uma, a fim de retomar apenas as que posteriormente venham a reconhecer como indubitavelmente verdadeiras, ou seja, ajustar as ideias à razão como se ajustam as pedras com o nível do pedreiro¹. Portanto, Descartes empregou bastante tempo na procura do verdadeiro método para chegar ao conhecimento de todas as coisas que o seu espírito seria capaz e é aqui que descreve os passos que levaram à fundação do seu método, o percurso que vai da dúvida sistemática à certeza da existência de um sujeito pensante, a saber: 1. Nunca aceitar como verdadeira alguma coisa sem conhecê-la evidentemente como tal²; 2. Dividir cada uma das dificuldades em tantas parcelas quantas forem possível e necessário para melhor as resolver³; 3. Conduzir por ordem os seus pensamentos, a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis

¹Imagine-se que um homem tem um cesto cheio de maçãs e receia que algumas delas sejam podres, e quer retirá-las devido ao temor de que também as outras se estraguem. Começaria por tirá-las a todas e a esvaziar completamente o cesto. Depois, examinando-as por ordem, uma a uma, retomaria as que considerava intactas para as voltar a pôr no cesto, deixando as outras de lado (DESCARTES, 3028, p. 23).

²É evidente aquilo cuja verdade aparece ao nosso espírito de uma maneira imediata. Portanto, é necessário evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção. A primeira porque consiste em emitir um juízo antes de o entendimento ter atingido a sua completa evidência; a outra porque corresponde à persistência, no nosso pensamento, de juízos irrefletidos que emitimos sobre as coisas ao longo da nossa infância, e que se nos impõem atualmente como se os tivéssemos demonstrado. Portanto, não devemos incluir nos nossos juízos senão o que se apresente tão clara e distintamente ao nosso espírito que não tivesse nenhuma ocasião para pôr em dúvida. A clareza de uma ideia consiste na impressão que produz a percepção da própria ideia, quando está imediatamente presente no entendimento. A distinção de uma ideia, por sua vez, consiste em ela conter todos os elementos que lhe pertencem e nenhum que não lhe pertença: a ideia encontra-se, então, plenamente definida em si mesma e, por consequência, distinta de todas as outras (DESCARTES, 2018, p. 29).

³Uma vez dividida a dificuldade em tantas parcelas quantas as necessárias e resolvido cada um destes problemas parciais, há que reunir as partes assim divididas para lhes encontrar a solução total (DESCARTES, 2018, p. 30).

de conhecer⁴, para subir pouco a pouco, até ao conhecimento dos mais complexos⁵; 4. Fazer sempre enumerações⁶ tão íntegras e revisões tão gerais que tivesse a certeza de nada omitir. Ou seja, os quatro preceitos propostos por Descartes correspondem à evidência, análise, síntese e enumeração. Portanto, para que este método seja um guia seguro da investigação de todas as ciências é necessária a crítica radical de todo o saber. Duvidar de tudo e considerar tudo provisoriamente falso até se chegar a um princípio sólido sobre o qual já não é possível a dúvida e que possa servir de fundamento a outros conhecimentos.

Segundo Étienne Gilson, para construir a filosofia é necessário adquirir, antes de mais, o hábito de bem pensar; mas, se quisermos aplicar o método a objetos sobre os quais temos opiniões já há muito formadas, então, é preciso, além disso, perder o hábito de mal pensar (GILSON, 2018, p. XVII). O que mais agradava a Descartes neste método era a certeza de usar em tudo a própria razão, se não perfeitamente, pelo menos o melhor que podia; e, ao pô-lo em prática, sentia que o seu espírito se habituava pouco a pouco a conceber mais nítida e distintamente os seus objetos, prometendo aplicá-lo às dificuldades das outras ciências. Para o filósofo, a aquisição de toda a verdade acessível ao homem torna-se a condição principal da felicidade e, através da prática do método que propõe, pretende tornar acessível e facultar a aquisição de todos os verdadeiros bens que dependem do homem e que o tornam verdadeiramente feliz (DESCARTES, 2018, p. 35).

Na quarta parte do Discurso do Método, Descartes confessa o seu desejo por se dedicar apenas à procura da verdade e, por isso, pensou ser forçoso rejeitar, como absolutamente falso, tudo aquilo em que pudesse imaginar a menor dúvida, a fim de ver se, depois disso, não ficaria alguma coisa na sua crença que fosse inteiramente indubitável. Assim, quis supor que não existisse alguma coisa que fosse tal como o conhecimento de origem sensível faz imaginar e, por isso, rejeitou como falsas todas as razões de que anteriormente se tinha servido nas demonstrações. No entanto, e

⁴Uma ideia diz-se mais fácil de conhecer quando lhe é anterior na ordem de dedução. Ora, é evidente que se pode conhecê-la sem conhecer a seguinte; no entanto, não a podemos conhecer sem conhecer a anterior.

⁵Este preceito consiste em partir sempre de naturezas simples, para se elevar progressivamente até naturezas mais complexas, cujo conhecimento depende das precedentes. Este discernir o simples do composto numa dada questão corresponde a um hábito intelectual a adquirir, não uma receita a aceitar. Por exemplo, inicialmente identificamos premissas individuais; depois verificamos se cada premissa está bem definida e se há contradições internas; examinamos a conclusão e verificamos se ela decorre das premissas aplicando as regras formais de inferência; finalmente, determinamos a validade completa do argumento. Quando se trata de problemas científicos, a ordem entre as ideias é imposta ao espírito pela própria natureza (DESCARTES, 2018, p. 31).

⁶A enumeração consiste em percorrer a sequência dos juízos com um movimento contínuo do pensamento que equivale praticamente a uma intuição. Estes devem ser tão completos de modo que não abarquem apenas o conjunto de dedução, mas que percorram, um a um, os seus elementos. E só serão válidos se respeitarem a ordem exigida pelo terceiro preceito (DESCARTES, 2018, p. 31).

aqui surge o ponto fulcral, Descartes notou que, enquanto pensava que tudo era falso, era necessário que ele, que o pensava, fosse alguma coisa, ou seja, era contrário supor que o que pensa não existisse exatamente enquanto pensa (DESCARTES, 2018, p. 49-50). Daqui surge a verdade: “penso; logo, existo”, primeiro princípio da filosofia que procurava, pois pode-se afirmá-lo antes de termos certeza de qualquer outro. Note-se que, seja qual for a coisa em que pensamos, ou que saibamos, é preciso, antes de mais, que pensemos para o conhecer e, por consequência, também que existamos para o pensar. E justamente porque pensava ao duvidar da verdade das outras coisas, para Descartes era evidente e certo que existia, ou seja, ainda que o mundo exterior não existisse, o facto de pensar tornava-se prova da sua existência⁷. Por isso, Descartes compreendeu que era uma *substância pensante*⁸, cuja essência ou natureza é unicamente o pensar e que, para existir, não precisa de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material⁹. Por isso, se eu penso e se me posso enganar ou ser enganado ou mesmo duvidar da própria realidade, então devo necessariamente ser qualquer coisa e não nada e é por isso que o cogito, ergo sum é a única proposição absolutamente verdadeira porque a própria dúvida a confirma. Em suma, num mundo de incertezas, onde tudo era posto em dúvida, Descartes encontrou uma certeza fundamental, um ponto fixo no qual poderia basear todo o seu sistema filosófico. A dúvida não é ausência de conhecimento. É antes uma inquietação que quer ser apaziguada. Para Descartes, não é a dúvida mundana que interessa: toda a realidade pode ser uma grande dúvida, um sonho criado por um génio maligno que não permite que acordemos. A existência, para este filósofo, apresenta-se como puro pensamento. Quando este desaparece, quando deixamos de duvidar e de pensar, deixamos de existir. Para Descartes, note-se, o pensamento requer reflexão, dúvida e a construção de conhecimento de forma constante (DESCARTES, 2018, p. 61).

⁷A primeira verdade que se apresenta a um espírito que pensa ordenadamente, como o exige o terceiro preceito do método, é o Eu penso. E este primeiro princípio corresponde à certeza da existência enquanto se pensa, consequência da natureza do pensamento. Portanto, para quem pensa ordenadamente, a afirmação do pensamento basta-se a si própria, independentemente da do corpo (DESCARTES, 2018, p. 51).

⁸Chama-se *substância pensante* o pensamento de que todas as nossas ideias particulares não são mais do que diversas modificações (DESCARTES, 2018, p. 51).

⁹O ser apreendido pelo *Eu penso* define-se completamente à parte do corpo, logo, o pensamento é completamente distinto do corpo. Como referido, o *Eu penso* é a primeira verdade para quem pensa ordenadamente (DESCARTES, 2018, p. 52).

3. Inteligência Artificial e o “pensamento” das máquinas

Nas suas reflexões a respeito da linguagem e da natureza, Descartes dedicou-se a realizar uma distinção entre o homem real e o homem fictício, ou o homem autômato, e a linguagem serviu para ele como uma ferramenta de detecção do pensamento e, por consequência, da alma (HAUBERT, 2019, p.19). Portanto, o principal argumento desenvolvido por Descartes para demonstrar a sua tese da diferença entre homens e máquinas consiste na capacidade de utilizar a linguagem, ou não. De acordo com o filósofo, aquilo que diferencia o homem das bestas é que os homens são capazes de utilizar a linguagem de modo criativo, podendo reunir várias palavras e pronunciar sons que não se reduzem à expressão de necessidades naturais, pois é por meio das palavras que os homens dão a entender o seu pensamento e, neste caso, a própria ausência dos signos é também uma ausência da capacidade de raciocinar e, conseqüentemente, de alma. A racionalidade corresponde ao pressuposto para a própria capacidade de aprendizagem e de reprodução da linguagem e dos seus signos (HAUBERT, 2019, p.21). E, embora algumas destas máquinas, além de imitarem as nossas ações tanto quanto moralmente é possível, Descartes diz-nos que teríamos sempre dois meios muito certos de reconhecer que, apesar disso, não seriam homens verdadeiros. Sobre a distinção entre o homem e o autômato, Descartes afirma:

O primeiro é que nunca poderiam falar nem usar outros sinais, compondo-os como nós fazemos para exprimir aos outros os nossos pensamentos. Pois embora se possa conceber uma máquina de tal modo feita que profira palavras, e até que profira algumas a propósito das ações corporais que causarão uma mudança nos seus órgãos (...); não se concebe, porém, que combine essas palavras diversas para responder ao sentido de tudo quanto se disser na sua presença, como podem fazer os humanos mais embrutecidos. O segundo é que, embora fizessem várias coisas tão bem ou talvez melhor do que algum de nós, falharam infalivelmente noutras, e descobrir-se-ia assim que não agiriam por conhecimento, mas unicamente devido à disposição dos seus órgãos. (...) de onde resulta que é moralmente impossível que exista numa máquina a diversidade suficiente de órgãos para a fazer atuar em todas as ocorrências da vida, do mesmo modo que a nossa razão nos faz agir. (DESCARTES, 2018, p. 80).

Quando o homem utiliza a linguagem, ele lida com um tipo de criação, de

escolha deliberada que nunca é encontrada no comportamento animal ou qualquer outro organismo que não seja o homem.

Na obra *Descartes e a techné moderna*, António José Nascimento diz-nos que Descartes, realmente, protagoniza uma extraordinária reviravolta na tradição engendrada pelos gregos, ao tornar legítimo o artifício da dúvida que promove a varredura das convicções cristalizadas por todo um passado que ele próprio se incumba agora de colocar em suspensão (NASCIMENTO, 2021, p. 68). No sentido de ascensão e predomínio da representação matemática como figura distintiva do pensamento que orienta o saber operatório da modernidade, Nascimento diz-nos que a metafísica de Descartes foi fulcral na constituição da *ratio cognoscendi* do mundo da vida moderna. Ora, o *subjectum* cartesiano dota a modernidade de uma peculiaríssima maneira de conhecer e de operar sobre a matéria-mundo agora convertida em realidade objetiva das coisas (NASCIMENTO, 2021, p. 72). Nesta obra, Nascimento demonstra que o cartesianismo inaugurou uma visão mecanicista que fundamentou o desenvolvimento da técnica moderna. No entanto, a novidade do nosso tempo é que a técnica já não é apenas física: é cognitiva. Num tempo em que os algoritmos incorporam um tipo de racionalidade que opera segundo critérios de otimização, de cálculo e de previsão estatística, estamos a adotar, para a mente humana, um modelo mecanicista que antes atribuíamos apenas ao corpo. Daí que a técnica deixa de ser uma extensão da razão e passa a substituir a própria racionalidade, pois tal como Nascimento afirma nas suas considerações finais:

Mediante o conhecimento objetivo da natureza, assegurado pelo *ego cogito ergo sum* da metafísica cartesiana da subjetividade, o caminho preparatório para o domínio tecnológico do homem sobre todo o ente fica franqueado, enquanto aberto de possibilidades tecnocientíficas de controle calculado do mundo (...) não se está diante, como parece, do incondicionado do desenvolvimento do homem em suas possibilidades mais autênticas do *ser*, mas de algo remetido ao autodesenvolvimento como tal da técnica que é mobilizadora do homem como *recurso* (NASCIMENTO, 2021, p. 80).

Por isso, neste artigo, Nascimento aborda como a *res extensa*, reduzida a equações matemáticas, é preparada para se transformar de matéria natural em produto da técnica.

Por outro lado, Adriana Andrade Braga e Mônica Chaves, em *A dimensão metafísica da Inteligência Artificial* (BRAGA; CHAVES, 2019), discutem o carácter metafísico das narrativas prospetivas acerca da Inteligência Artificial. A Inteligência Artificial não é apenas uma tecnologia funcional: ela carrega uma dimensão simbólica

e metafísica que revela expectativas humanas profundas. De um lado, a ideia de que, num futuro breve, as máquinas desenvolverão autoconsciência; do outro, a ideia de que os seres humanos e os seus corpos são como máquinas da natureza e, portanto, passíveis de melhoramento ou transcendência por meio da tecnologia (BRAGA; CHAVES, 2019, p. 115-116). As autoras mostram que não produzimos máquinas inteligentes, apenas lhes atribuímos inteligência. Este é um gesto antropomórfico, em que é projetada subjetividade onde ela não existe. A atitude antropomórfica consiste na observação do que fazem certas máquinas e na atribuição de uma terminologia humana, por exemplo, a memória: os computadores têm elementos de armazenamento que lhes permitem conservar números ou programas, mas existe uma enorme diferença entre *memória* e um *sistema de armazenamento*, pois a memória é como um processo de transformação (VON FOERSTER *apud* BRAGA; CHAVES, 2019, p. 108).

A agência humana está em posição de manifestar qualidades que os computadores ainda não podem e talvez nunca sejam capazes de ter: propósitos, objetivos, metas, *telos* e cuidados, intuição, imaginação, humor, emoções, curiosidade, criatividade e estética, valores e moralidade. Todas estas características constituem um senso de identidade que se desenvolveu durante milhões de anos de evolução natural e social (BRAGA; LOGAN, 2017).

Portanto, quando projetamos subjetividade na Inteligência Artificial, não estamos apenas a elevar a máquina, estamos a rebaixar a exigência do pensar e, se aceitarmos que pensar é ordenar dados, então qualquer algoritmo sofisticado pode “pensar”. Braga e Chaves permitem ver o problema: mitificar a Inteligência Artificial como sujeito pensante provoca um esvaziamento no sujeito humano da sua profundidade metafísica. As autoras notam que a criatividade humana aplicada ao desenvolvimento tecnológico tanto fascina quanto traz terríveis ameaças no caso da perda de controlo do processo (BRAGA; CHAVES, 2019, p. 99). A singularidade tecnológica, por sua vez, consiste na possibilidade de existirem computadores e robôs singulares com a capacidade de aprenderem com os próprios erros e assim desenvolver empatia, objetivos, capacidade de decisão e improviso. Mas será que a Inteligência Artificial levará à singularidade tecnológica? A capacidade de aprendizagem exponencial de um sistema tem características apenas funcionais, não similares às humanas (BRAGA; CHAVES, 2019, p. 107). A popularização da ideia de singularidade num futuro próximo é produto de tecno-otimistas e do mundo de negócios que fizeram outras previsões no passado, mas que não cumpriram (BRAGA; CHAVES, 2019, p. 108).

4. Considerações Finais

Estamos, então, a ensinar as máquinas a pensar? Descartes (DESCARTES, 2018) mostra que pensar é duvidar e refletir. Nascimento (NASCIMENTO, 2021) mostra que a técnica tende a mecanizar o pensamento. Braga e Chaves (BRAGA; CHAVES, 2019) mostram que projetamos subjetividade onde não existe, ou seja, projetamos humanidade na máquina. Os algoritmos não pensam, operam, porque pensar envolve consciência, autocrítica e intencionalidade e nenhum destes elementos está presente na Inteligência Artificial. Portanto, atribuir pensamento aos algoritmos mecaniza a razão, pois substituímos o juízo pela operação, e desresponsabiliza o sujeito, pois delegamos a dúvida à máquina. Por outro lado, estaremos nós a esquecermo-nos de como questionar? Vivemos numa cultura algorítmica onde as respostas são imediatas, as soluções otimizadas e as rotas eficientes, mas a filosofia requer tempo, fricção e hesitação. Aceitar as respostas produzidas por sistemas opacos, sem metodologia transparente, é estarmos a afastar-nos do método cartesiano e a aproximar-nos de um modo de funcionamento acrítico. Ou seja, se pensar é duvidar e se deixamos de duvidar porque confiamos nos resultados estatísticos, então perdemos precisamente aquilo que torna o pensamento humano irredutível à técnica. Sabemos, portanto, que os algoritmos não pensam, mas surge uma nova problemática, pois estão a transformar a nossa relação com o pensamento.

A meu ver, a maior ameaça da IA diz respeito à experiência do pensar. A naturalidade com que falamos em “inteligência artificial”, “aprendizagem automática”, “decisão algorítmica” ou “criatividade computacional” mostra que já começamos a aceitar, sem discussão crítica e profunda, uma equivalência entre pensar e processar informação. Descartes lembra-nos que pensar é pôr em causa, é duvidar daquilo que nos aparece como evidente. Atualmente, porém, o pensamento tende a ser medido não pela capacidade de duvidar, mas pela capacidade de responder rapidamente. Considero que não são as máquinas que estão a invadir o território da razão humana, somos nós que estamos como que a ceder terreno ao reconfigurarmos a razão segundo o modelo da máquina. E, ao projetarmos subjetividade nos sistemas algorítmicos, como Braga e Chaves (BRAGA; CHAVES, 2019) mostram, estamos a esvaziar a profundidade metafísica do sujeito humano. Atribuímos às máquinas aquilo que já não exigimos de nós mesmos: a consciência crítica, a intenção, a responsabilidade. Por isso, a problemática inicial ganha um novo contorno. Talvez a ameaça da IA não resida no facto de ela vir a pensar como nós, mas no facto de nós passarmos a pensar como ela, de forma acelerada, automática, previsível e sem dúvida. Portanto, a questão decisiva não é o poder da IA, mas o abandono gradual das práticas humanas

do pensar, a hesitação, o desacordo, o silêncio, o tempo, a incerteza, o confronto com o que é obscuro ou ambíguo. E, se abdicarmos destes elementos, não porque a IA os suprimiu, mas porque deixamos de os praticar, então a verdadeira perda não será a dos empregos, mas a da consciência crítica que torna o humano irredutível a qualquer máquina. No fim de contas, os algoritmos não pensam, mas podem fazer-nos esquecer como se pensa e talvez a pergunta que nos deve inquietar não seja o que a Inteligência Artificial será no futuro, mas em que nos estamos a tornar ao aceitarmos, sem questionamentos, as suas respostas.

Declaração de Uso de Inteligência Artificial

Na preparação deste artigo, a autora utilizou o modelo de linguagem Claude (Anthropic) como ferramenta de apoio à revisão linguística e estilística, à verificação de conformidade com as normas ABNT e com as diretrizes editoriais da *Isagoge*, e à formatação das referências bibliográficas. Todo o conteúdo argumentativo, a seleção e interpretação das fontes, e a redação do texto são da exclusiva responsabilidade da autora.

Referências

- BRAGA, Adriana Andrade; CHAVES, Mônica. A dimensão metafísica da Inteligência Artificial. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 119, p. 99-120, set. 2019. DOI: 10.4000/rccs.9150. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/9150>. Acesso em: [28 jun. 2026].
- BRAGA, Adriana; LOGAN, Robert K. The Emperor of Strong AI Has No Clothes: Limits to Artificial Intelligence. *Information*, v. 8, n. 4, 2017. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2078-2489/8/4/156/htm>. Acesso em: [28 jun. 2026].
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de João Gama. Lisboa: Edições 70, 2018.
- GILSON, Étienne. Introdução. In: DESCARTES, René. *Discurso do método*. Lisboa: Edições 70, 2018. p. XI-XLIV.
- HAUBERT, Laura Elizia. A linguagem em Descartes. *Intuitio*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, e29033, 2019. DOI: 10.15448/1983-4012.2019.1.29033. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/intuitio/article/view/29033>. Acesso em: [28 jun. 2026].
- NASCIMENTO, Antônio José. Descartes e a *techné* moderna. *Dialectus*, ano 10, n. 23, p. 66-82, maio/ago. 2021.
- SOUSA, Pamela. "IA pensa?": o impacto da linguagem na inteligência artificial. *IT Forum*, 26 dez. 2024. Disponível em: <https://itforum.com.br/noticias/impacto-da-linguagem-na-inteligencia-artificial/>. Acesso em: [28 jun. 2026].